

BRB-MASTER

PF pede mais tempo para investigação

Prazo para conclusão do inquérito terminaria nesta segunda-feira, mas a Polícia Federal alega que o volume de provas apreendidas nas três fases da Operação Compliance Zero, iniciada em novembro de 2025, é muito grande

» ADRIANA BERNARDES
» ANA CAROLINA ALVES

O relator do inquérito do Banco Master, ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), vai analisar o pedido da Polícia Federal para prorrogar o prazo de conclusão das investigações envolvendo o banqueiro Daniel Vorcaro, preso em Brasília desde 8 de março, na Penitenciária Federal.

Inicialmente, as investigações deveriam ser concluídas em 16 de janeiro, prazo prorrogado por 60 dias, ou seja, na próxima segunda-feira. A solicitação é comum quando a polícia precisa de mais tempo para analisar provas, realizar perícias e cumprir outras diligências necessárias à investigação. “Esse tipo de solicitação é muito comum nos processos e, normalmente, o juiz concede”, informou uma fonte ao **Correio**.

Os investigadores à frente da Operação Compliance Zero, iniciada em novembro de 2025, devem relatar ao ministro a necessidade de ampliar o prazo para a conclusão do inquérito devido ao grande volume de provas apreendidas nas três fases da investigação — a última delas em março de 2026 —, que apura um esquema de emissão e negociação de títulos de crédito falsos dentro do Sistema Financeiro Nacional.

O escândalo estourou quando o Ministério Público Federal apontou indícios de que o Banco Master teria produzido carteiras de crédito sem lastro e vendido ao Banco de Brasília (BRB). Segundo as investigações, após fiscalização do Banco Central, esses ativos teriam sido substituídos por outros títulos sem avaliação técnica adequada.

Ibaneis rebate críticas de ambientalistas

O governador Ibaneis Rocha (MDB) classificou como uma “guerra de ambientalistas” a reação contrária à inclusão da Gleba A da Serrinha do Paranoá no pacote de socorro financeiro ao Banco de Brasília (BRB). Durante agenda pública, o chefe do Executivo minimizou as polêmicas sobre a área — uma das garantias para empréstimos de até R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) ou outras instituições — e atacou críticos que, segundo ele, se opõem à solução dada à crise da estatal.

“Lá dentro do terreno, que era da Terracap, não existe uma nascente. Isso aí é uma guerra de ambientalistas e de pessoas que são contra a solução apresentada”, declarou.

Segundo o governador, os estudos e esclarecimentos sobre a área já teriam sido apresentados pelo governo. “Todas as explicações estão sendo prestadas. Nós temos toda a tranquilidade. Era um projeto que já vinha sendo analisado desde o início da minha gestão, em 2019. Então, nós temos convicção de que estamos no caminho correto”, afirmou.

Ibaneis também rebateu críticas relacionadas à política ambiental do governo e disse ter ampliado medidas de proteção durante sua gestão. “Ninguém nesta capital fez mais pela proteção ambiental do que eu. Aprovei todos os projetos que chegaram, aprovei o PPCUB para preservar o urbanismo e, mais recentemente, o PDOT, permitindo que a gente tenha segurança na expansão imobiliária da nossa capital”, disse. “Estou com a consciência bem tranquila. Nós vamos avançar e vamos vencer”, acrescentou.

Ao comentar as críticas e a pressão política em torno do tema, o governador afirmou que conflitos fazem parte da gestão pública. “Eu sempre digo que, se governo não tivesse problema,

Rosinei Coutinho/STF



O ministro André Mendonça, do STF, relator do inquérito do Banco Master, vai analisar o pedido da PF

Na primeira fase da Operação Compliance Zero, agentes da PF fizeram buscas na sede do BRB e em endereços ligados ao, até então, presidente do banco, Paulo Henrique Costa. De acordo com estimativas da PF, o BRB transferiu cerca de R\$ 16,7

bilhões ao Master. Parte significativa desse montante, cerca de R\$ 12 bilhões, teria sido destinada à aquisição de carteiras de crédito consideradas de baixa qualidade e sem garantias financeiras adequadas.

Em 19 de novembro, logo após o início

da operação, o juiz da 10ª Vara Federal de Brasília, Ricardo Leite, determinou que Paulo Henrique Costa fosse afastado por 60 dias em 19 de novembro. No entanto, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), decidiu pela saída definitiva do

executivo. Paulo Henrique foi informado da notícia em Boston, nos Estados Unidos, onde participava de um evento na Universidade de Harvard. O novo presidente do BRB escolhido por Ibaneis foi Nelson Antônio de Souza, com 40 anos de experiência na área financeira, que teve a posse oficializada em 27 de novembro.

Procurado para comentar a provável prorrogação do prazo das investigações envolvendo os negócios do BRB e Master, o advogado de defesa do governador Ibaneis Rocha, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, se demonstrou tranquilo. “Nenhuma preocupação quanto a isso”, disse.

Em janeiro de 2026, a PF deu início à segunda fase da operação para aprofundar as apurações sobre crimes como gestão fraudulenta de instituição financeira, manipulação de mercado, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Entre os alvos estavam endereços ligados ao empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, e aos empresários Nelson Tanure e João Carlos Mansur.

Em 4 deste mês, os investigadores ampliaram o foco para apurar também crimes como ameaça, corrupção, invasão de dispositivos informáticos e lavagem de dinheiro. A PF passou a investigar a possível atuação de uma organização criminosa estruturada, descrita nas apurações como uma espécie de “milícia privada” que teria sido usada para monitorar e intimidar adversários empresariais, autoridades, ex-funcionários e jornalistas.

Nessa etapa, o STF autorizou novas prisões, como a de Daniel Vorcaro, buscas e bloqueios de bens que podem chegar a R\$ 22 bilhões, com o objetivo de interromper a movimentação de ativos ligados ao grupo investigado e preservar recursos potencialmente relacionados às práticas ilícitas

Marcos Woortmann/Material cedido ao Correio



Gleba A da Serrinha do Paranoá foi incluída pelo GDF como garantia no projeto de lei de capitalização do BRB

informar e conhecer melhor o território da Serrinha. Não emitimos opiniões, divulgamos conhecimento”, afirmou.

A organização cita análises sobre o lençol freático e as sensibilidades ambientais da região, diagnóstico das nascentes, estudos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e pesquisas da professora Mercedes Bustamante sobre os interflúvios ou áreas altas que funcionam como Caixas D’água para as nascentes. “São muitos os estudos e artigos

já apresentados com argumentos robustos. Da parte do GDF só vemos opiniões e convicções que ignoram a ciência para fazer valer os negócios “já iniciados” e priorizados pela gestão atual. Os projetos viários e habitacionais, seguindo o padrão da Terracap, serão devastadores para a cidade”, alertaram.

Manifestação

Uma nova manifestação em defesa

da Serrinha do Paranoá está programada para acontecer amanhã no Eixão do Lazer. O ato acontecerá às 11h no Eixão Norte, altura da quadra 208. Esta será a segunda manifestação em defesa da área após a inclusão na lista dos nove imóveis públicos a serem dados como garantia para possíveis empréstimos a serem tomados pelo BRB. No último domingo, manifestantes se reuniram na própria Serrinha para pedir pela proteção do lote. (AB, ACA)